

RELAÇÃO SINO-MOÇAMBICANA E O PAPEL DOS MEGAPROJETOS NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE MOÇAMBIQUE

Robson Dias da Silva¹

Thaysa Cunha²



Introdução

A expansão e aprofundamento do envolvimento chinês no continente africano resultou em mudanças significativas na ordem internacional e permitiu uma nova alternativa atrativa para estimular o crescimento econômico em países africanos. A China foi considerada um dos maiores parceiros comerciais, investidores e financiadores dos países africanos no início do século XXI, particularmente em relação aos países localizados na África Subsaariana, como Moçambique. O país foi o maior investidor em Moçambique em 2016, e desde o fim da guerra civil — que minou a infraestrutura nacional do país africano —, megaprojetos de infraestrutura (como construção de pontes, estradas, barragens, aeroportos, estabelecimentos comerciais e turismo) foram construídos por companhias chinesas e/ou com o financiamento e doações do governo chinês. Além disso, desde o período colonial, Moçambique e China possuem uma relação comercial estreita, que incluía o treinamento e fornecimento do exército moçambicano, a provisão de ajuda humanitária, concessão de bolsas de estudos para estudantes moçambicanos, envio de médicos e professores e também a criação de centros tecnológicos em Moçambique.

1 Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: robsondsilva@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7679-4722>.

2 Centro de Estudos Internacionais, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, Portugal. E-mail: thaysacunha@outlook.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2994-7615>.

Este artigo, baseado na pesquisa de uma tese de mestrado, objetiva identificar novas oportunidades, potencial e as ameaças e fraquezas que Moçambique deve superar para alcançar um desenvolvimento econômico e social justo, revertendo sua história marcada por conflitos civis, desigualdade social e pobreza. Ademais, analisa também o papel estratégico da China no desenvolvimento territorial e no fortalecimento da infraestrutura enquanto processos observados em Moçambique, também pode ser útil para auxiliar estudos focados em promover políticas baseadas em megaprojetos voltadas para o desenvolvimento regional.

A presente pesquisa procurou responder à seguinte questão norteadora: é possível considerar que o investimento chinês em megaprojetos de infraestrutura poderia levar ao crescimento econômico e apoiar o desenvolvimento produtivo e social em Moçambique? Duas hipóteses foram levantadas para ajudar a responder essa pergunta: a) os megaprojetos funcionam como uma forma de aumentar a competição nacional e internacionalmente entre grandes cidades de maneira a atrair investimentos; e b) a adoção de políticas de desenvolvimento apoiados em megaprojetos está moldando o futuro de grandes cidades em diferentes escalas. Além do mais, pode ter um efeito dinâmico na economia através do aumento no número de empregos e da geração de renda na economia local. Entretanto, essas hipóteses, não são sempre aplicáveis para o caso específico de Moçambique. Dessa forma, é essencial para Moçambique fazer investimento expressivos no treinamento e qualificação dos civis, dentre outras medidas, para que eles também possam ser beneficiados dos postos de trabalhos criados, que são geralmente de capital intensivo e demandam mão de obra qualificada.

Os objetivos do presente estudo são a) analisar as dinâmicas sociais e econômicas depois da Guerra Civil em Moçambique; b) apresentar a literatura nacional e internacional focadas em investigar a estratégia de desenvolvimento baseada em megaprojetos; e c) investigar as características (oportunidades e desafios) do papel que a China desenvolve em Moçambique, principalmente na construção e reconstrução da infraestrutura local.

A estrutura metodológica do presente artigo compreende três tópicos, em conjunto com a introdução e a conclusão. Adotou-se o procedimento da revisão de literatura, onde a primeira seção apresenta o contexto histórico, político e econômico de Moçambique, desde o período colonial até o presente. Esse processo de contextualização permite aos leitores entender melhor os caminhos “tomados” e o principal desafio enfrentado pelo país na busca pelo desenvolvimento e crescimento econômico. As principais teorias na literatura sobre megaprojetos vão ser discutidas na segunda seção, baseada

em artigos acadêmicos e periódicos. A terceira seção objetiva investigar o papel que a China desenvolve em Moçambique, o contexto histórico, a atual estratégia de expansão territorial chinesa aplicada na África e seus principais efeitos e resultados.

Contexto histórico de Moçambique

Moçambique está localizado no sudeste africano. O país possui uma costa marítima ao longo do Oceano Índico que ocupa 2.515 km e possui uma área terrestre total de aproximadamente 801.590 km². Possui fronteiras com Tanzânia (ao norte), Malawi (ao noroeste), Zâmbia e Zimbábue (ao oeste), e também com a África do Sul e Suazilândia (ao sudoeste). O país é um dos dezesseis membros da Comunidade para o desenvolvimento da África Austral (SADC — *Southern African Development Community*) e também é parte da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

Libânia e Castigo (2021) dividiram a economia e o processo de formação social de Moçambique em quatro períodos diferentes. O primeiro se refere ao período colonial, que começou no momento que a grande viagem feita pelo navegador português Vasco da Gama, que, a caminho das Índias, descobriu a ilha de Moçambique no início de Março de 1498. Posteriormente, Portugal estabeleceu controle administrativo e político sobre Moçambique e começou a explorar seus recursos naturais de maneira a atingir seus objetivos econômicos. Entre as ações tomadas pelo governo português, estava a de local território para outras companhias estrangeiras que haviam adquirido direitos de uso dos recursos naturais de Moçambique e foram autorizadas a controlar os cidadãos africanos que viviam ali. Ademais, terras moçambicanas foram convertidas em plantações e fazendas voltadas ao cultivo de safras comerciais, como o açúcar, sisal e algodão, que tornaram-se fontes de renda para o governo português (Mondlane 1975). O governo colonial gradualmente aumentou as “importações” de colonos da metrópole para a província através de incentivos a funcionários públicos e oficiais portugueses. Isso foi feito para expandir o domínio territorial pela ocupação e fortalecimento do “novo território português”. Consequentemente, o comércio e exploração do trabalho escravo moçambicano se tornou a atividade comercial mais lucrativa no país, além de ter sido o padrão de desenvolvimento inicial da colônia (Cabaço 2007; Mondlane 1975).

Após a abolição do trabalho escravo em 1807, a mão de obra moçambicana passou gradualmente a ser utilizada dentro do continente na forma

de trabalho forçado. Essa mudança levou a criação de sistemas de transporte e suprimento conectando Moçambique a outros países e também ao fortalecimento das conexões internas do próprio país, como Porto Lourenço de Marques e a primeira linha férrea ligando a África do Sul a Moçambique, que foram estabelecidas para atender a necessidade de escoamento de produção (Visentini 2012; Cau 2011). A migração de cidadãos moçambicanos para as minas de ouro da África do Sul e para as plantações de antigas colônias inglesas também funcionou como uma forma relevante de comércio para Portugal (Isaacman e Isaacman 1983). Esse regime aprofundou a condição subalterna, o preconceito e a exploração da população de Moçambique; além disso, tornou o país em um grande “bolsão de mão-de-obra migrante reserva” (Saraiva 2007, 216) para a África do Sul.

O pilar do colonialismo português em Moçambique, entre outras colônias africanas, foi caracterizado por uma “essência dualista” definida por uma sociedade e cultura europeia que era posta em oposição a sociedade e cultura negra (Cabaço 2007). Postos de trabalhos disponíveis nos setores mais modernos durante o período colonial eram ocupados por indivíduos portugueses, enquanto os africanos ocupavam cargos secundários sem qualquer prestígio. A marginalização e submissão impostas aos indivíduos africanos, as incontáveis humilhações, o sentimento constante de inferioridade, a prática de trabalho forçado e a negação de direitos a educação, saúde, terra e serviços básicos, compreende um conjunto de injustiças cometidos pelas autoridades coloniais portuguesas em Moçambique. Essas injustiças contribuíram para a unificação de vários grupos sociais que objetivavam lutar contra a opressão portuguesa (Cau 2011).

O segundo período se refere aos anos de luta pela independência e da economia centralmente planejada. Neste momento, depois de presenciar a exploração do trabalho e recursos naturais de Moçambique sem reinvestimentos a nível local ou em favor da população moçambicana, o país formou o grupo guerrilheiro chamado de Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e começou uma guerra contra o Estado português na província de Cabo Delgado, em 25 de setembro de 1964. A FRELIMO foi formada pela fusão de três organizações nacionalistas criadas por imigrantes moçambicanos em países vizinhos, nomeadamente: União Nacional Africana de Moçambique (MANU — *Mozambique African National Union*, em inglês), que foi fundada no Quênia em 1961; a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), que foi fundada na Rodésia do Sul (atualmente Zimbábue), em 1960; e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI), que foi fundada na Niassalândia (atualmente Malawi), em 1961 (Brito 2019). Apesar de que o grupo estava determinado em alcançar a independência por

meio pacíficos, estava convencido que a guerra poderia ser necessária para atingir seus objetivos. A FRELIMO acreditava que a população Moçambicana possuía apenas duas opções: continuar a viver indefinidamente sobre o domínio imperial repressivo ou encontrar um caminho para efetivamente utilizar força de maneira a atingir Portugal sem resultar na sua ruína (Mondlane 1975).

A luta armada durou aproximadamente dez anos, com o primeiro ataque oficial sendo ao posto administrativo de Chai na província de Cabo Delgado, começando em setembro de 1964 e terminando somente em setembro de 1974, depois de um cessar-fogo garantido por Portugal. Durante esse período, a liderança da FRELIMO permaneceu na mão de dois líderes, nominalmente: Eduardo Mondlane (de 1962 até 1969) e Samora Machel, que liderou o grupo por aproximadamente dezesseis anos (de 1970 até 1986), depois que Mondlane foi assassinado.

A assinatura do Acordo de Lusaka, em 1974, deu fim à luta pela independência de Moçambique; apesar disso, o poder do novo Estado moçambicano foi incondicionalmente transferido para o grupo guerrilheiro. De acordo com Visentini (2012), o cenário adverso em Portugal — isto é, a Revolução dos Cravos de 1974, que derrubou o regime autoritário de Salazar e desencadeou um momento de instabilidade política no país, e também as perdas econômicas resultantes do aumento dos gastos militares e da redução do contingente militar — favoreceu o fim da guerra e permitiu o país africano conquistar sua independência. Interessantemente, Portugal teve que lidar com outras duas frentes de libertação — uma da Angola e outra de Guiné-Bissau —; ao mesmo tempo, teve que manter forças de repressão em São Tomé, Cabo Verde, Macau e Timor, de maneira a evitar perder o controle geral de suas colônias (Mondlane 1975).

Durante a transição de uma colônia para um país independente, um governo transiente foi estabelecido com o objetivo principal de criar um ambiente econômico e político favorável para a independência de Moçambique. Samora Machel tomou o cargo como presidente de Moçambique em 25 de setembro de 1975. Neste momento, a FRELIMO era influenciada pela ideologia política Marxista-Leninista e os moçambicanos gradualmente se tornaram livres para cultivar suas terras, para se envolver em debates políticos e para tomar suas próprias decisões. Entretanto, o vácuo deixado pelos colonizadores portugueses, a destruição da infraestrutura local e a exclusão/marginalização de grupos sociais (como líderes religiosos ou tradicionais que começaram a ter seus poderes revogados; e a população rural, que foi ameaçada pelos ideais da FRELIMO, segundo os quais, vilas comunais e zonas rurais eram lugares

atrasados e, conseqüentemente, deveriam ser enfrentados) gradualmente levaram a insatisfação e descontentamento de parte da população.

Conforme a insatisfação de alguns cidadãos moçambicanos crescia, o país lentamente colapsou e um novo movimento político, que resultou de fatores internos (militares moçambicanos das Forças Especiais do Exército Português e colonos portugueses que deixaram Moçambique e viviam na Rodésia) e externos (intensificação das relações diplomáticas entre Moçambique e seus vizinhos, isto é, Rodésia do Sul e África do Sul, onde Samora Machel havia declarado seu apoio a constituição de governos de maioria negra na África e a movimentos anticoloniais nos países vizinhos), levaram a criação e fortalecimento da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Desse momento em diante, o país mergulhou em uma longa e sangrenta guerra civil com dois partidos políticos que queriam conquistar e tomar o poder sobre Moçambique (Visentini 2012).

Esse grupo frequentemente tomou ações violentas para atacar e destruir diferente infraestruturas no país; essas ações, associadas com os efeitos dos desastres naturais ocorridos no período e as fracas políticas governamentais de Moçambique, contribuíram para empobrecer ainda mais a população, piorando o problema da fome e aumentando o número de refugiados e migrações para os países vizinhos. Conforme Moçambique afundava na guerra civil, o fraco sistema ideológico e político da FRELIMO se tornava evidente (Visentini 2012) e o país enfrentava caos econômico real, deterioração de cidades, edifícios, estradas e negócios, e sua produção — principalmente a agrícola — também foi afetada (Saraiva 2007).

Foi somente em 4 de outubro de 1992, quando o Acordo Geral de Paz foi assinado, que o período da Guerra Civil terminou e o processo de democratização no país começou, baseado na implementação da Constituição da República Multipartidária. A maior vulnerabilidade, penúria e sentimento de pobreza foram as conseqüências de um longo período de conflitos em Moçambique. Alguns dos fatores que contribuíram para o fim da guerra civil em Moçambique incluíram: a) o reconhecimento da Rodésia do Sul como um Estado soberano, em 1980, quando seu nome mudou para Zimbábue; b) o enfraquecimento da RENAMO após a morte de seu líder, André Matsangaissa, na província de Sofala; e c) a debilidade da economia de Moçambique por conta do colapso da União Soviética e a falta de apoio financeiro e militar.

O terceiro período apresentado por Libânio e Castigo (2021) se refere a transição de uma economia de tipo socialista para uma economia liberal, que ocorreu durante os planos de ajustes estruturais feitos no país de 1987 a 1997. Naquele momento, Moçambique implementou um programa para

reestruturar sua economia, chamado de Programa de Reestruturação Econômica (PRE). O PRE foi promovido pelo FMI e pelo Banco Mundial, e era focado em apresentar as principais mudanças que seriam tomadas na economia moçambicana para atingir o crescimento econômico.

Algumas proposições nesse plano foram baseadas no estabelecimento de uma Constituição mais amigável ao mercado (através do avanço de privatizações) e de liberalização no mercado de alimentos (produção de alimentos permaneceu a base do desenvolvimento econômico de Moçambique, enquanto a indústria era o fator determinante). As reformas introduzidas no país focaram em reduzir a centralização e as intervenções diretas na economia. De maneira a realizar isso, as seguintes medidas foram adotadas: a) desvalorização do câmbio; b) cortes de gastos para parar os déficits causados pelo processo de reconstrução do país; e c) aumento dos investimentos (Visentini 2012). Apesar do PRE não atingir os objetivos almejados nas áreas mais remotas (principalmente as que foram afetadas pelos conflitos civis), ele conseguiu restaurar o crescimento econômico, especialmente nas grandes cidades (Visentini 2012). Todavia, foi também um programa utilizado para transferir recursos e iniciativas do setor público para o privado; em outras palavras, o PRE permitiu a Moçambique sair de uma economia planificada para uma economia de mercado, um fato que piorou seus efeitos negativos na produção nacional e intensificou a pobreza em Moçambique (Barbosa 2021). As famílias e os moradores urbanos pobres, cujos salários não supriam as necessidades básicas, foram os principais afetados pelo PRE (Visentini 2012).

Finalmente, o quarto e último período cobre os anos 2000. A economia moçambicana teve um bom desempenho pelos primeiros cinco anos no novo século; atingindo grandes taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que foram puxadas principalmente pela expansão de mega projetos baseados em financiamento externo, e também pelos grandes fluxos de ajuda que era maiores que os próximos de 8%. Entretanto, o ciclo de expansão econômica caiu de 2015 para 2020 por conta de uma série de choques causados por instabilidades políticas e de segurança interna, a queda no preço de matéria-prima, condições climáticas adversas, além da “suspensão de apoio externo ao Orçamento do Estado e à Balança de Pagamentos, e a suspensão do programa do Fundo Monetário Internacional em Moçambique depois da descoberta da dívida pública não declarada” (Garcia 2020, 117, tradução nossa³).

3 No original: “*suspension of external support to the State Budget and the Balance of Payments by cooperation partners and the suspension of the International Monetary Fund program in Mozambique after the discovery of undisclosed public debt*” (Garcia 2020, 117).

O fluxo de investimento estrangeiro direto (IED) saltou de US\$ 139 milhões em 2000 para US\$ 2.2 bilhões em 2019, com ênfase para 2013, quando o seu valor excedeu US\$ 6.1 bilhões ou 36% do PIB nominal de Moçambique (UNCTAD 2021). Os maiores investidores no país são os Países Baixos (aproximadamente 37.7% de investimentos), África do Sul (22%), e Itália (13.5%). A China atingiu aproximadamente 0.6% do investimento externo total em Moçambique em 2020. Em termos de distribuição setorial, a indústria extrativista recebe 84.1% do IED. Desses, 74% são absorvidos por companhias que pertencem à categoria de mega projetos ligados ao setor de petróleo e gás (Banco de Moçambique 2020).

A respeito da agenda de exportação do país, o Banco de Moçambique (2020) tem enfatizado a venda de carvão mineral, vegetais secos ou em grãos, castanhas de caju, areias pesadas, cabos de alumínio, óleos derivados de petróleo, soja, comércio de energia elétrica, gás natural, minério de alumínio, sementes e frutos oleaginosos, areias naturais, carvão, madeira serrada, crustáceos, algodão, açúcar, chá e frutas secas. Por outro lado, de acordo com o Banco de Moçambique (2020), 30% dos produtos importados pelo país se referem a bens intermediários (insumos), seguidos de bens de consumo (27%), bens de capital (18%), entre outros (24%). Dessa forma, é possível concluir que a composição da pauta exportadora de Moçambique é baseada na exportação de *commodities* (agrícolas e energéticas), enquanto o país depende da importação de produtos de alto valor agregado. Essa característica é típica de países e economias atrasadas, que não apenas atrapalham o desenvolvimento, mas também pioram o subdesenvolvimento dessas nações.

Apesar de Moçambique colonial experienciar um longo período de atrasos, a economia moçambicana no início do século XXI foi caracterizada por um crescimento econômico substancial que determinou a posição do país como uma das maiores economias da África Subsaariana. Essa posição é resultado de um elevado e constante crescimento econômico, em conjunto com melhoras na estrutura institucional e governança. Em acordo, Libânio e Castigo (2021) enfatizaram que a atual descoberta de recursos energéticos, como o carvão e o gás natural, representam “esperança” para o contínuo processo de fortalecimento e desenvolvimento econômico do país. Entretanto, os autores supramencionados também alertaram que, com o aumento do IED em Moçambique sendo direcionado para a exploração de recursos energéticos, eles estão ligados a construção de megaprojetos que precisam da implementação de tecnologia capital-intensiva em um país com um excedente de mão-de-obra e baixa qualificação tecnológica. Assim, “o emprego gerado por estes megaprojetos é insignificante. Estes aspectos revelam a contínua marginalização de grande parte da população, de modo que a agricultura

continua sendo a atividade que suporta a maior parte da população” (Libânio e Castigo 2021, 45).

Sendo assim, a luta contra a pobreza e extrema pobreza é, senão o maior, um dos maiores desafios enfrentados por Moçambique atualmente, já que não é apenas um problema contemporâneo, mas histórico e também estrutural. Além do mais, outro fator que põe em perigo o crescimento e desenvolvimento do país se refere à recente instabilidade política associada aos ataques realizados pelos grupos extremistas nas regiões norte e central do país. Além de destruir a infraestrutura e os campos de produção agrícola do país e forçar a migração para outras regiões, essa instabilidade contribui para aumentar a vulnerabilidade da população e também fomentar e piorar a desigualdade social (Libânio e Castigo 2021).

Sob a luz do que foi exposto, é necessário adotar planos de desenvolvimento para cobrir a maior (e mais pobre) parte da população. Esses planos devem ser orientados e alinhados entre si para garantir a segurança do país e a estabilidade política e econômica, para diversificar a sua matriz de produção, para aumentar sua renda e níveis de emprego e para expandir o acesso da população a infraestrutura básica, saúde e educação. Isso é porque, na medida em que o país avança no desenvolvimento e construção de complexos industriais e de infraestruturas maiores, é necessário treinar a população para ser absorvida pelos vários tipos de postos de trabalhos criados. De outra maneira, Moçambique iria experimentar mais do mesmo com o aumento da desigualdade, taxas pobreza e extrema pobreza, número de conflitos internos e a permanência de Moçambique como uma fonte de recursos naturais e lucro para países desenvolvidos.

Revisão bibliográfica: conceitos e breve discussão sobre a literatura dos megaprojetos

A abordagem para megaprojetos não é um fenômeno recente resultante das novas dinâmicas econômicas do mundo globalizado. Refere-se a um “novo fenômeno que reproduz características do passado” (Silva 2015, 36), onde o “novo” se refere à escala do conflito e sua dimensão na contemporaneidade (Silva 2015).

Um significativo número de estudos e pesquisas em megaprojetos está disponível na literatura de língua inglesa. Flyvbjerg é um dos grandes autores focados na investigação deste tópico. O pesquisador mencionado é um especialista internacional no gerenciamento e planejamento de mega-

projetos urbanos, com ênfase em projetos focados em infraestrutura/obras públicas, financiamento e gerenciamento de risco e análise de custo-benefício. De acordo com ele, a definição de megaprojetos está associada com projetos complexos de larga escala que custem US\$1 bilhão ou mais e que demandam um planejamento de longo prazo envolvendo a esfera pública e privada. Ademais, eles ambiciosamente mudam a estrutura da sociedade, afetam (seja positiva ou negativamente) milhões de pessoas, exigem altos níveis de tecnologia e são justificados pela ideologia de gerar uma série de benefícios para a sociedade, como a criação e manutenção de postos de trabalho e melhorias na produtividade. Além disso, esse tipo de projeto aumenta a competitividade, já que permite reduzir os custos de produção (Flyvbjerg 2014).

Por outro lado, Swyngedouw, Moulaert e Rodriguez (2002) enfatizaram que megaprojetos são parte de uma lógica de desenvolvimento, segundo a qual sua implementação e o marketing resultantes deles ajudam a projetar cidades internacionalmente. Dessa forma, eles funcionam como meios necessários para gerar contínuo crescimento econômico e atrair novos investimentos. Entretanto, os autores supracitados também alertaram que, conforme a construção de megaprojetos se expande através de grandes centros urbanos, eles tendem a atingir as demandas das elites, tornando-os menos democráticos. Isso pode levar à especulação imobiliária e ao aumento da polarização e da desigualdade socioeconômica em regiões que recebem esses investimentos.

Gellert e Lynch (2003) concentraram-se em definir megaprojetos como fenômenos criativos e destrutivos. Por meio dessa abordagem, eles enfatizaram que os megaprojetos transformam tanto o cenário quanto o meio ambiente ao seu redor e que eles podem levar ao deslocamento de indivíduos ou comunidades inteiras. De maneira semelhante a Flyvbjerg (2014), os autores mencionados também enfatizam o uso de equipamento de alta tecnologia e a necessidade de coordenação na aplicação dos poderes do capital e do Estado para fazer essas construções viáveis. A diferença observada na abordagem de Gellert e Lynch (2003) repousa na classificação de megaprojetos em 4 diferentes tipos, nomeadamente:

1. Projetos de Infraestrutura: construção de portos, ferrovias, sistemas de tratamento de água e esgoto, entre outros;
2. Projetos de Extração: extração de recursos minerais, petróleo, gás natural e carvão;
3. Projetos de Produção: plantações de árvores industriais, zonas de processamento de exportação, parques de manufatura e grandes complexos e centros industriais;

4. Projetos de Consumo: construção de grandes instalações turísticas, parques temáticos, shopping centers, entre outros.

O presente estudo adota o conceito de megaprojetos de Crosby (2017) para o caso específico de Moçambique. De acordo com o autor, megaprojetos são definidos como projetos orçados em milhões (ou bilhões) de dólares que exigem um planejamento complexo e de longo-prazo, que são capazes de atrair atenção pública e/ou política e que são altamente dotados com novas tecnologias e engenharia de ponta. Dado sua complexidade, eles são suscetíveis à pressão de diferentes partes para minimizar os impactos adversos durante os estágios de construção e pós-construção, como também mitigar os efeitos na qualidade de vida da população local e no meio ambiente (Capka 2004).

Othman (2013) evidenciou 4 tipos de desafios a serem superados no processo de implementação de megaprojetos tanto em países desenvolvidos quanto em subdesenvolvidos. O primeiro tipo envolve o desafio de engenharia, que é atribuído ao uso de material datado que pode ser substituído por tecnologia mais recente disponível no mercado durante a construção do projeto, falta de pesquisa e capacidade de inovação empresarial, níveis inadequados de conhecimento científico e tecnológico, ausência de experiência profissional e negligência ao consultar especialistas durante o processo de tomada de decisão. Desafios de desenvolvimento humano estão associados com a falta de trabalhadores capacitados no lugar onde o projeto é implementado, e também com a falta (ou baixa qualidade) de programas de treinamento e educação profissional. Problemas gerenciais e políticos estão relacionados com fatores como um quadro regulatório desfavorável, burocracia, práticas corruptas, fraca governança e tensão política. Finalmente, o último desafio se refere a sustentabilidade, que engloba uma ingênua ou inadequada análise de risco das consequências do projeto (principalmente dos riscos ambientais e preservação de espaços históricos), a falta de uma política de realocação das pessoas afetadas pela construção desses projetos e a falta de gerenciamento da complexidade social em termos da aceitação do projeto pela comunidade a qual ele deve servir.

Por outro lado, Flyvbjerg (2005b) enfatizou que os desafios no planejamento de projetos de infraestrutura em larga escala (que podem se estender para os outros) estão relacionado com o alto nível de desinformação sobre os custos e benefícios que os tomadores de decisão consideram quando decidindo sobre a construção ou não destes. Em suma, o autor mencionado acima alertou que o problema a ser enfrentado tem as seguintes características: i) eles são projetos de alto risco por conta do seu planejamento de longo prazo e complexidade; ii) a tecnologia utilizada neles normalmente não é padrão;

iii) a tomada de decisão e o planejamento frequentemente envolvem vários atores com interesses conflitantes; iv) o escopo do projeto ou nível de ambição pode mudar significativamente com o tempo. Ademais, eventos que não foram mapeados e, por conta disso, não foram tomados em conta durante o processo de planejamento do projeto podem resultar em orçamentos inadequados e levar a desinformação sobre os custos, benefícios e riscos, o que, por sua vez, pode levar a estouros dos orçamentos e/ou redução de benefícios.

Estudos realizados pelo autor supracitado (Flyvbjerg, 2005a) também contradizem a ideia de que o crescimento e o desenvolvimento local podem ser impulsionados pela construção de grandes projetos capazes de gerar empregos e outros benefícios econômicos locais, na medida em que, segundo este especialista, os empregos criados são temporários e preenchidos por trabalhadores que terão seus contratos rescindidos à medida que as obras forem concluídas. Além disso, Flyvbjerg também destacou que esses empregos demandam trabalhadores altamente qualificados, bem como que as vagas em países subdesenvolvidos com histórico de trabalhadores pouco qualificados não são preenchidas por moradores locais. Assim, trabalhadores qualificados para assumir esses empregos podem até ser “importados” de países desenvolvidos (Flyvbjerg 2005a).

Megaprojetos de infraestrutura e o papel da China no processo de desenvolvimento territorial de Moçambique

A presença chinesa em Moçambique não é um fenômeno recente, como indicado por Feijó (2012) e Garcia (2020), que relataram que essa é uma relação de longa duração e que os primeiros registros entre os dois países datam do fim do século XIX, quando Moçambique ainda era uma colônia portuguesa. De acordo com os autores, existem registros no estabelecimento de trabalhadores chineses migrantes nas cidades de Lourenço Marques e Beira nesse período. Eles providenciaram uma mão-de-obra qualificada, e que era mais barata que a mão-de-obra europeia, para construir infraestrutura, prédios públicos, ferrovias e portos, entre outras empreitadas.

Entretanto, a relação sino-moçambicana se fortaleceu por volta de 1960, durante a luta de Moçambique por sua independência, já que a China forneceu apoio diplomático e militar (treinamento e formação de guerrilha) para o movimento de libertação do país (Roque e Alden 2012; Feijó 2012). O país asiático foi o primeiro a reconhecer a independência de Moçambique, a formalizar as relações diplomáticas por meio de acordos de apoio e também

através de cooperação técnica e financeira para a construção de infraestrutura e para providenciar assistência ao enfrentamento dos efeitos da fome, em 1983 (Garcia 2020; Roque 2009; Ilhéu 2010).

Nos anos 2000, as relações sino-moçambicanas ganharam um novo ímpeto através do lançamento do FOCAC (*Forum on China Africa Cooperation*). A presença da China em Moçambique foi reforçada por meio de uma série de relações diplomáticas baseadas em motivações políticas e econômicas, que levaram ao aumento no número de visitas diplomáticas e trocas entre os corpos legislativos, partidos políticos e agências de governo, na coordenação de política externa em assunto regionais e internacionais, no desenvolvimento de cooperação econômica e comercial em setores como os de infraestrutura, agricultura e extração de recursos naturais (Feijó; Roque e Alden 2012), no aumento no número de empréstimos e IED, cancelamento de dívidas moçambicanas, cooperação técnicas e projetos de infraestrutura e subvenções de obras públicas⁴ (Ilhéu 2010).

O investimento estrangeiro direto da China em Moçambique aumentou de US\$10 milhões em 2003 para US\$60 milhões em 2007, quando a China se tornou o 6º maior investidor em Moçambique (Roque e Alden 2012). A China foi o maior investidor em Moçambique em 2011 e 2016, como mostrado na tabela abaixo. A justificativa para esse evento repousa na combinação entre um ambiente político e macroeconômico favorável nas décadas recentes, a abundância de recursos naturais (recursos minerais, florestais e de pesqueiros), a sua posição geograficamente estratégica (por conta do seu acesso ao mar e fácil acesso ao interior do continente africano) e, por fim, as elites políticas que têm promovido um tipo de economia voltada para o aumento do IED no país (Barbosa 2021; Ekman 2012).

4 Por exemplo: a construção do Ministérios dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, o Centro de Conferências Joaquim Chissano e o Parlamento Nacional de Maputo, construídos pela empresa chinesa Sogecoa.

Tabela 1 - Principais países de origem do IED em Moçambique (2010 - primeira metade de 2016)

Posição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1	Portugal	China	Emi- rados Árabes Unidos	África do Sul	Emi- rados Árabes Unidos	França	China
2	África do Sul	África do Sul	Portugal	China	Maurí- cias	China	África do Sul
3	Itália	Portugal	África do Sul	Portugal	África do Sul	Emi- rados Árabes Unidos	Maurícias
4	Bélgica	Maurí- cias	Maurí- cias	Suiça	Portugal	Portugal	Reino Unido
5	China	Estados Unidos	China	Alema- nha	China	África do Sul	Portugal
6	Espanha	Reino Unido	Reino Unido	Emi- rados Árabes Unidos	Reino Unido	Índia	Turquia
7	Reino Unido	Emi- rados Árabes Unidos	Brasil	Uganda	Macau	Mauri- cias	Itália
8	Singa- pura	Noruega	India	Maurí- cias	Turquia	Singa- pura	Índia
9	Quênia	Austrália	Itália	Itália	Quênia	Austrália	Espanha
10	Suécia	Índia	Lesoto	Reino Unido	França	Turquia	Estados Unidos

Fonte: Massangaie 2017, 171.

Apesar de Moçambique ter atraído IED para grandes projetos de mineração e energia⁵, o investimento direto chinês se concentrou em construir Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) — zonas industriais, parques de ciência e tecnologia — que seguem o modelo chinês, de maneira a atrair e captar investimento estrangeiro (Roque e Alden 2012; Roque 2009). Além disso, a China patrocinou projetos voltados para a reconstrução da infraes-

5 Como: a MOZAL — fundição de alumínio; a Kenmare — areias pesadas; a SASOL — gás natural; as minas de carvão de Moatize; e o projeto do Corredor de Titânio e Areias.

trutura nacional de Moçambique, que foi destruída pela guerra de independência e foram agravados com a guerra civil que minou o desenvolvimento do país, tornando-o deficiente e mais vulnerável. Dessa forma, a construção de projetos de infraestrutura chinesa foi seguida pelo discurso de que eles são cruciais para alavancar o desenvolvimento e o crescimento econômico. As companhias de construção chinesas ganharam espaço no país e intensificaram sua participação na reconstrução de estradas e prédio público, além da construção de estádios, aeroportos, centros de conferência, usinas hidrelétricas e projetos de moradia de baixo custo em Moçambique. Entretanto, não se pode esquecer que por trás dos avanços nas relações diplomáticas entre os dois países, a cooperação chinesa em Moçambique é primariamente focada em projetos que não são financiados por doadores “tradicionais” por conta das pré-condições estabelecidas por esses doadores, como as do FMI e do Banco Mundial. É exatamente por essa razão que a China é apreciada pela elite política moçambicana (Chichava 2012).

A tabela abaixo lista alguns dos megaprojetos de infraestrutura construídos em parceria com o governo chinês e/ou companhias em Moçambique.

Tabela 2 - Construções Chinesas em Moçambique (2003-2018)

Construção	Ano	Valor (US\$)	Região	Agências de Financiamento	Setor
Centro de Conferência Joaquim Chissano	2013	5 milhões	Maputo	Governo chinês	Infraestrutura
Edifício do Ministério de Negócios Estrangeiros	2004	12 milhões	Maputo	Governo chinês	Infraestrutura
Barragem de Mphanda Nkuwa	2006	2.3 bilhões	Zambezi River	Banco Chinês de Exportação-Importação	Infraestrutura
Barragem de Moamba-Major	2006	300 milhões	Maputo	Banco Chinês de Exportação-Importação	Infraestrutura
Aeroporto Internacional de Maputo	2007	75 milhões	Maputo	Banco Chinês de Exportação-Importação	Transporte e Armazenamento
Procuradoria-Geral da República	2007	40 milhões	Maputo	<i>China National Complete Plant Import & Export Corporation</i>	Infraestrutura

Estádio Nacional de Zimpeto	2011	70 milhões	Zimpeto	Governo chinês	Infraestrutura
Estrada Circular de Maputo	2012	300 milhões	Maputo	Banco Chinês de Exportação-Importação	Transporte e Armazenamento
Ponte Maputo-Katambe	2012	1.1 bilhões	Maputo	Banco Chinês de Exportação-Importação	Transporte e Armazenamento
Gloria Hotel	2014	300 milhões	Maputo	Parceria entre o governo de Moçambique e empresa chinesa AFEC	Infraestrutura
Aeroporto de Xai-Xai	2017	70 milhões	Gaza	Instituição governamental chinesa não especificada, agência governamental	Transporte e Armazenamento
Ponte Maputo-Katambe	2018	700 milhões	Maputo	Banco Chinês de Exportação-Importação	Transporte e Armazenamento

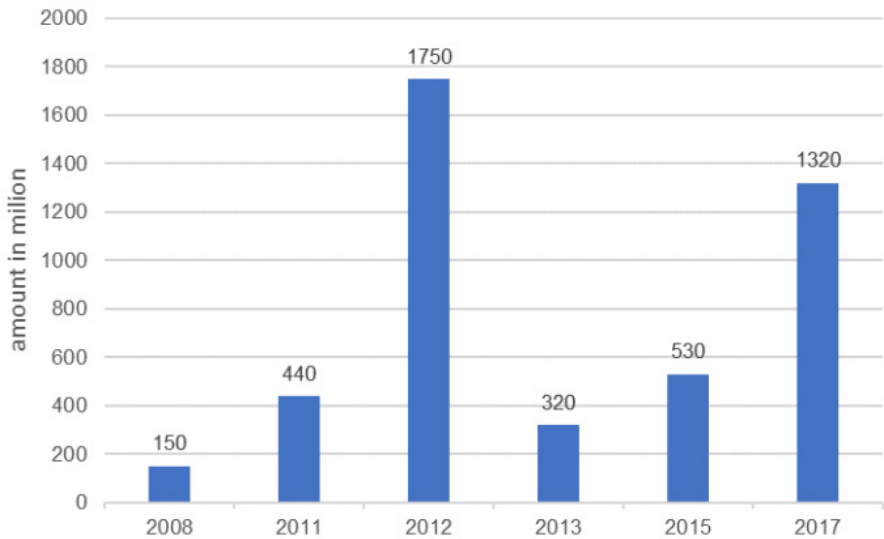
Fonte: elaborado pelo autor, com base em Garcia (2020), Roque e Alden (2012), Jansson e Kiala (2009), Roque (2009), Schiere and Rugamba (2011), Wan (2018), Moçambique (2015), “Com apoio da China...” (2018), Banco MAIS, Moçambique (2017), Secretariado Permanente do Fórum para a cooperação econômica e comercial entre a China e os países de Língua Portuguesa (Macau) (2021).

A construção de estradas e pontes por meio do apoio chinês é tão significativa que Schiere e Rugamba (2011), no seu artigo chamado “*Chinese Infrastructure Investments and African Integration*”, estimou que as empreiteiras chinesas representaram a construção de um terço de toda a extensão de estradas (que seria próximo de 600 km) construídas em Moçambique. Eles também enfatizaram que companhias operando no setor de construção foram envolvidas na reabilitação dos sistemas de fornecimento de água urbanos nas cidades de Beira e Quelimane, na reconstrução do sistema de água de Maputo e na construção de projetos de habitação na cidade de Zimpeto; todos esses projetos ocuparam um papel chave no processo de estabelecimento de infraestrutura básica do país.

De acordo com Barbosa (2021), desde 2006, a China conquistou uma posição relevante dentro do setor de construção de Moçambique. Segundo os dados da *China Global Investment Tracker*, entre 2008 e 2017, a China investiu aproximadamente US\$6 bilhões em projetos de infraestrutura (transporte e construção); a *China Communications Construction* e a *China State Construction Engineering* são as principais companhias multinacionais operando

nesse setor. O supramencionado autor também destaca que a China adotou uma estratégia focada nas suas vantagens econômicas comparativas para superar a forte competição de companhia ocidentais e sul-africanas operando em Moçambique, “[...] isto é, na oferta de baixo custo, por meio da utilização de mão de obra barata e custos gerenciais baixos” (Barbosa 2021, 89). De maneira a garantir seu espaço no mercado africano, o governo chinês também usa uma diplomacia simbólica e econômica que se “concretiza através de uma ampla atenção diplomática, apoio a projetos de prestígio e assistência ao desenvolvimento por meio de juros baixos e doações diretas” (Barbosa 2021, 89).

Gráfico 1 – Investimento chinês no setor de infraestrutura em Moçambique – milhões de dólares (2008-2017)

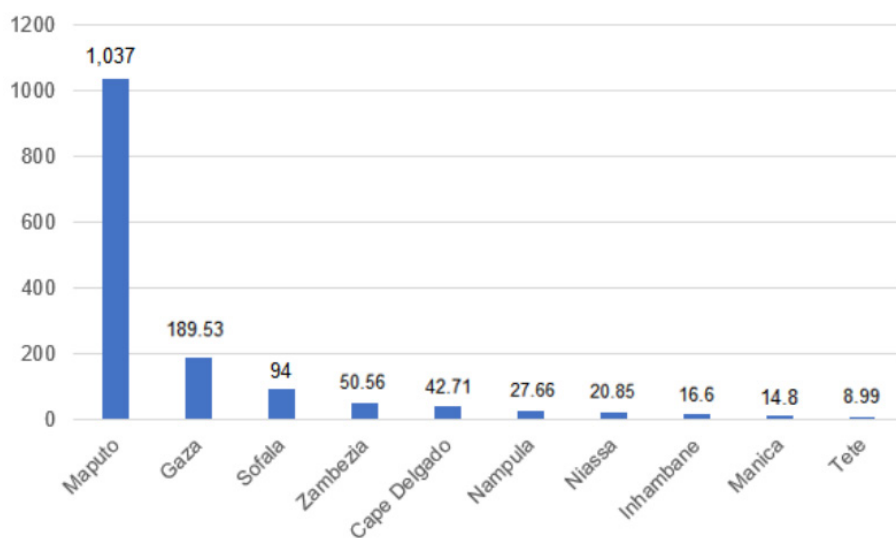


Fonte: China Global Investment Tracker (2022).

É necessário reconhecer que a reabilitação da infraestrutura de Moçambique desempenha um papel chave no fortalecimento do setor turístico — o qual detém potencial, já que a China listou o país como um destino turístico, além de apoiar e recomendar o país como local de férias para os cidadãos chineses. Além disso, essa reabilitação apoia o fluxo de alimentos, transporte e processos logísticos, promove a integração regional no país, reduz os custos logísticos, e contribui para a melhoria dos sistemas de abastecimento de água nas cidades de Maputo, Beira e Quelimane (Garcia 2020).

O próximo gráfico mostra o arranjo geográfico dos investimentos chineses em Moçambique. É possível perceber que a alocação da maioria dos IEDs é para a capital Maputo, além da concentração dos investimentos na região sul do país, já que as províncias de Maputo e Gaza (região sul) aparecem como os maiores receptores de IED, com aproximadamente 82% dos investimentos concentrados nesta região. Junto com províncias como Sofala e Zambézia (região central) e Cabo Delgado (região norte), eles formam os cinco maiores destinatários de IED em Moçambique. Consequentemente, um dos efeitos resultantes da concentração do investimento chinês nas províncias ao sul é o aprofundamento das desigualdades regionais entre o sul e o norte de Moçambique.

Gráfico 2 - Distribuição do IED chinês em Moçambique por província — em US\$ milhões (2006-2017)



Fonte: Barbosa (2021)

De acordo com Garcia (2020), o embaixador chinês em Maputo, JSuJian, confirmou a intenção da China em continuar investindo em Moçambique; ele também acredita que o investimento estrangeiro direto chinês em Moçambique deve continuar a crescer nos próximos anos. Essa crença é baseada em uma série de outros projetos listados em um memorando assinado pelo governo moçambicano em 2017, que cobre uma série de necessidades

prioritárias, como a construção de parques industriais, estradas e portos, agricultura e a exploração de recursos energéticos e naturais.

Os investimentos chineses na reconstrução da infraestrutura de Moçambique parecem ser uma excelente oportunidade para ambos os países. Por outro lado, Moçambique pode se beneficiar do fornecimento de vários projetos de construções chineses a custos mais competitivos, o que permite a modernização do país (através da construção de pontes, estradas e rodovias), além de reduzir a dependência da ajuda dos países ocidentais. Por outro lado, a China pode aumentar a lucratividade e o *soft power* em Moçambique, além de reforçar uma nova forma de Cooperação Sul-Sul sobre o discurso de ganhos e benefícios mutuamente compartilhados para ambos os governos e atores envolvidos.

Entretanto, é necessário tomar em consideração os detalhes completos da relação diplomática sino-moçambicana. Robinson (2012) enfatizou que, de acordo com Large (2008), a China é majoritariamente motivada pela extração de recursos e que não está preocupada com a prosperidade africana no longo-prazo. Ademais, os projetos de auxílio chinês objetivam servir os interesses da China, já que ela vê Moçambique como uma oportunidade de expandir o mercado para produtos chineses e como uma ótima maneira de construir grandes projetos para fornecer empregos para os trabalhadores chineses. Isso se dá, porque esses projetos exigem a contratação de empreiteiros e companhias chinesas para serem construídas. A estratégia adotada baseia-se no fato de que a mão-de-obra chinesa é mais barata permitindo que as empreiteiras chinesas operem “a uma taxa de lucro mínima de 3%, ao contrário dos 15% europeus” (Visentini 2014, 46).

A expansão territorial chinesa em Moçambique pode ser interpretada como um momento chave do crescimento econômico chinês, com o país asiático buscando matéria prima e recursos energéticos além de suas fronteiras para continuar expandindo sua acumulação interna (Ribeiro 2010). Isso também simboliza o declínio nas relações diplomáticas e na relevância dos países e instituições ocidentais em Moçambique, refletindo mudanças na balança de poder global (Visentini 2014). Entretanto, Ribeiro (2010) também acredita que a expansão chinesa no continente africano, que reflete a nova face do imperialismo econômico caracterizado pelo aumento da presença chinesa em Moçambique, tem levado a um sentimento anti-China e anti-chinês que, de acordo com Feijó (2012), “Trata-se de movimentos, por vezes de pendor populista, que comparam a presença chinesa em África a processos neocoloniais, responsabilizando-a pela exploração e degradação das economias locais” (Feijó 2012, 145).

Partindo da hipótese de que a expansão de investimento em Moçambique é lucrativa e importante para o governo chinês, os desafios e obstáculos devem ser enfrentados para permitir que o processo de cooperação chinesa prossiga. Durán e Chichava (2012) enfatizaram dificuldades na relação entre moçambicanos e chineses, que emergiram, e foram agravados, pela barreira linguística. Os autores supramencionados também destacam dificuldades em estabelecer boas relações no trabalho, cooperação e intercâmbio técnico, além de desconfiança e fracas conexões entre os trabalhadores chineses e africanos, principalmente por conta de diferenças linguísticas e culturais.

Também há relatos de que trabalhadores locais são contratados por companhias chinesas, as quais não agem em concordância com os padrões trabalhistas de Moçambique e desrespeitam tanto as leis quanto as regulações no país. Entre os problemas observados nesse cenário, encontram-se: diferenças salariais; tratamento desigual entre trabalhadores nacionais e estrangeiros; falta de sistemas de segurança e equipamento no local de trabalho (que também pode levar a uma série de acidentes de trabalho); condições de trabalho precárias para os moçambicanos; falta de pagamento de subsídios de férias e horas extras levando ao descontentamento; protestos e greves; e a ausência de contratos de empregos formais para os trabalhadores moçambicanos (Chichava 2012; Nielsen 2012; Garcia, Kato and Fontes 2012).

De acordo com isso, Chichava (2014) afirmou que os projetos chineses não beneficiam a população local e que apenas atendem às necessidades das elites e investidores chineses (o autor mencionou o investimento da Wanbao⁶ titulado como “apropriação de terras” por parte dos chineses como exemplo). Ele também destaca que:

6 Projeto financiado através da parceria entre a empresa Wanbao e Moçambique, no qual busca aumentar a produtividade agrícola, nomeadamente: a produção de arroz irrigado na região do regadio do Baixo Limpopo, província de Gaza.

Os trabalhadores moçambicanos, no entanto, vêem os chineses como gestores rudes e autoritários que pensam que as suas ideias são melhores e acreditam que trabalham mais do que os moçambicanos. Entretanto, os chineses vêem os moçambicanos como: (1) ladrões que roubam materiais e equipamentos; (2) trabalhadores preguiçosos e lentos, que não gostam de trabalhar horas extras mesmo quando lhes é prometido pagar; e (3) irresponsáveis porque, uma vez pagos no final do mês, desaparecem e só voltam depois de terem gasto seus salários, e pouco se preocupam com o sustento de suas famílias (Chichava 2014, 4, tradução nossa⁷).

Robinson (2012) também enfatiza que, apesar dos problemas sociais, a expansão chinesa pode representar riscos tanto o meio ambiente quanto para o desenvolvimento sustentável, já que os projetos chineses podem acidentalmente e/ou intencionalmente causar destruição ao ignorar impactos ambientais ou por meio de atividades, como os desmatamentos predatórios, que podem se agravar por conta da ambiguidade ou ausência de clareza na interpretação e aplicação da lei moçambicana. Ademais, é importante ressaltar que o incentivo e a promoção do desenvolvimento em regiões específicas (como a capital Maputo, que concentra grande parte do IED chinês) piora a desigualdade regional em um país extremamente desigual.

Conclusão

O déficit de infraestrutura causado pela guerra civil fez a expansão chinesa no território moçambicano ser oportuna e conveniente para Moçambique. A construção de novos projetos de infraestrutura permitiu o acesso a serviços financeiros, de transporte, hoteleiros e de infraestrutura básica no país. Entretanto, Moçambique tem que lidar com ameaças potências e superar obstáculos internos para que a presença chinesa no país possa levar ao desenvolvimento sócio-econômico e beneficiar a população moçambicana.

O primeiro obstáculo para ser superado repousa no fato de que Moçambique possui instalações precárias para as empresas chinesas operarem no país. Além disso, o país tem falta de profissionais capazes de traba-

⁷ No original: “Mozambican workers, however, see Chinese managers as rude and authoritarian individuals who think that their ideas are better and who believe they work harder than Mozambicans. However, the Chinese see Mozambicans as: (1) thieves who steal materials and equipment; (2) lazy and slow workers who do not like to work overtime even when they are promised to be paid; and (3) irresponsible because, once they get paid in the end of the month, they disappear and only come back after they have spent their wages, and they care little about supporting their families” (Chichava 2014, 4).

lhar com tecnologia chinesa por conta de um precário acesso a educação de qualidade para parte da população africana, especialmente os mais pobres. A respeito da baixa utilização de mão-de-obra moçambicana nos projetos chineses desenvolvidos no país, a barreira da linguagem impede intercâmbio técnico e de conhecimento entre trabalhadores moçambicanos e chineses, onde divergências culturais dificultam sua relação⁸. Por outro lado, é necessário superar criticismo sobre a baixa qualidade de obras chinesas (que podem resultar da falta de conhecimento específico sobre o local e/ou dos insumos de baixa qualidade usados no processo de construção), falta de conformidade com as leis trabalhistas (como o pagamento de horas extra, formalização do trabalho em contratos, melhores condições de trabalho, fornecimento de equipamentos de trabalho) e leis ambientais, adequação e respeito pela cultura local e também a exigência e cumprimento de uma quantidade mínima (mas que seja suficiente) de mão-de-obra local para contribuir com o desenvolvimento da região.

Dessa forma, existe uma falta de planejamento e projetos políticos nacionais para favorecer o crescimento econômico e desenvolvimento de Moçambique, já que o país é visto como um grande mercado de consumo para os produtos chineses. Consequentemente, as relações sino-moçambicanas estão ganhando espaço e tendem a crescer nos próximos anos. Além disso, o país possui acesso diversificado e amplo a recursos naturais (principalmente quando se trata da exploração de recursos energéticos e do acesso a terras produtivas em Moçambique) capazes de servir aos interesses chineses. Identificar e entender como tomar vantagem das oportunidades, além de endereçar fraquezas e ameaças, é essencial que Moçambique passe por uma transformação estrutural expressiva e para reduzir a pobreza, extrema pobreza e as desigualdades sociais e econômicas que enfrentou ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

Banco de Moçambique. 2020. Balança de Pagamentos. *Boletim Anual*. Maputo, Ano 17, no. 19, 1-73.

Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos SA. 2022. China ajuda Moçambique na promoção da interconectividade. *Banco Mais Moçambique*, 2017,

⁸ A população chinesa possui uma dedicação extrema ao trabalho, eles trabalham mais de oito horas diárias de segunda a sábado. Trabalhadores moçambicanos, por outro lado, não compartilham da mesma cultura, podendo ser taxados de preguiçosos ou sem vontade de trabalhar.

- <https://www.bancomais.co.mz/news/china-financia-construcao-do-aeroporto-de-xai-xai-em-mocambique>.
- Barbosa, Victor Tavares. 2021. “Relações Sino-Africanas: o envolvimento chinês em Moçambique em perspectiva”. Dissertação (Mestre em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Ciência Política, Recife.
- Brito, Luis de. 2019. A FRELIMO, o Marxismo e a construção do Estado Nacional 1962-1983. *Edição IESE*, Maputo.
- Cabaço, José Luís de Oliveira. 2007. “Moçambique: identidades, colonialismo e libertação”. Tese (Doutorado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Capka, Richard. J. 2004. Megaprojects – They Are a Different Breed. *Public Roads*. v. 68, no. 1, 2-9.
- Cau, Hilário Simões. 2011. “A construção do Estado em Moçambique e as relações com o Brasil”. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Chichava, Sergio. 2014. Chinese Agricultural Investment in Mozambique: the Case of Wanbao Rice Farm. Policy Brief, No. 02/2014, *China Africa Research Initiative (CARI)*. School of Advanced International Studies (SAIS), Johns Hopkins University, Washington, DC.
- _____. 2012. Impacto e significado do investimento chinês em Moçambique (2000-2010). Em Chichava, S.; Alden, C. (Org). *A Mamba e o Dragão: relações Moçambique- China em perspectiva*. Maputo: IESE, 33-48.
- China Global Investment Tracker. 2022. Database. <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker>.
- “Com apoio da China, Moçambique abre maior ponte suspensa da África”. 2018. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/11/com-apoio-da-china-mocambique-abre-maior-ponte-suspensa-da-africa.shtml>.
- Crosby, Phil. 2017. “Shaping mega-projects: practical steps for success”. *Australian Journal of Civil Engineering*. 15 (1): 1-19. <https://doi.org/10.1080/14488353.2017.1362806>
- Durán, Jimena e Sergio Chichava. 2012. Centro de Investigação e Transferências de Tecnologias Agrárias de Umbelúzi. A história de um ‘presente’ chinês a Moçambique. Em Chichava, S.; Alden, C. (Org). *A Mamba e o Dragão: relações Moçambique- China em perspectiva*. Maputo: IESE, 143-188.
- Ekman, Sigrid. 2012. Mito e realidade: o envolvimento chinês no sector agrícola de Moçambique. Em Chichava, S.; Alden, C. (Org). *A Mamba e o Dragão: relações Moçambique- China em perspectiva*. Maputo: IESE, 99-124.
- Feijó, João. 2012. Perspectivas moçambicanas sobre a presença chinesa em Moçambique: uma análise comparativa de discursos de entidades governamen-

- tais, de um blog e de trabalhadores moçambicanos de Maputo. Em Chichava, S.; Alden, C. (Org). *A Mamba e o Dragão: relações Moçambique- China em perspectiva*. Maputo: IESE, 143-188.
- Flyvbjerg, Bent. 2005. Design by deception: The politics of megaproject approval. *Harvard Design Magazine*, no. 22, 50-59.
- _____. 2005b. Policy and Planning for Large Infrastructure Projects: Problems, Causes, Cures. *World Bank Policy Research*.
- _____. 2014. What You Should Know About Megaprojects and Why: An Overview. *Project Management Journal* 45 no.2, 6-19.
- Garcia, Ana Saggiaro, Karina Kato e Camila Fontes. 2012. A história contada pela caça ou pelo caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique. *Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS)*. 65p. <http://www.pacs.org.br/files/2013/03/Relatorio-Africa.pdf>.
- Garcia, Francisco Proença. 2020. China's economic presence in Mozambique. *Revista Estudos Internacionais* 8, no. 3, 110-127.
- Gellert, Paul K., e Barbara D. Lynch . 2003. Megaprojects as displacements. *International Social Science Journal* 55, no. 175, 15-25.
- Ilhéu, Fernanda. 2010. The Role of China in the Portuguese Speaking African Countries: The Case of Mozambique. *Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento*, no. 84, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.
- Isaacman, Allen, e Barbara Isaacman. 1983. *Mozambique from colonialism to Revolution 1900-1982*. Westview Press, Inc: Colorado.
- Jansson, Johanna, e Carine Kiala. 2009. Patterns of Chinese investment, aid and trade in Mozambique. *Centre for Chinese Studies*: University of Stellenbosch.
- Large, Daniel. 2008. "Beyond 'Dragon in the Bush': The Study of China-Africa Relations". *African Affairs* 107, no 426, 45-61.
- Libânio, Gilberto, e José Castigo. 2021. Regional Inequality and the persistence of poverty in Mozambique, explained from the perspective of the vicious circle of poverty. *Brazilian Journal of African Studies* 6, no. 11, 33-59.
- Massangaie, Arnaldo Timóteo. 2017. "A Política Externa de Moçambique e sua inserção no processo de Integração Regional na África Austral". Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Moçambique. 2015. "Projecta-se construção da 2º ponte sobre o Rovuma. Portal do Governo de Moçambique". <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Noticias/Projecta-se-construcao-da-2a-ponte-sobre-o-Rovuma>.
- "Moçambique afunda e Angola sobe no Índice Global de Paz". 2022. *DW*, Junho, 2022. <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-afun->

da-e-angola-sobe-no-%C3%ADndice-global-de-paz/a-62136457#:~:text=Mo%C3%A7ambique%20teve%20uma%20das%20maiores,com%20o%20relat%C3%B3rio%20hoje%20publicado.

- Mondlane, Eduardo. 1975. “Lutar por Moçambique”. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Nielsen, Morten. 2012. Como não construir uma estrada: uma análise etnográfica dos efeitos socioeconômicos de um projecto chinês de construção de infra-estruturas em Moçambique. Em Chichava, Sergio.; Alden, Chris. (Org). *A Mamba e o Dragão: relações Moçambique - China em perspectiva*. Maputo: IESE, 61-80.
- Othman, Ayman Ahmed Ezzat. 2013. Challenges of mega construction projects in developing countries in Organization, technology and management in construction. *An International Journal* 5, no.1, 730-746.
- Ribeiro, Valeria Lopes. 2013. “A expansão chinesa e seus impactos na África na primeira década do século XXI”. Tese (Doutorado em Economia Política) – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- _____. 2010. A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova fase do Imperialismo econômico. *Revista OIKOS* 9, no. 2, 13-35.
- _____. 2017. A expansão chinesa recente e novas determinações do imperialismo no século XXI. *Estudos internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas* 5, no. 1, 121-140.
- Robinson, David. 2012. The Political Economy of China in Africa: The case of Mozambique. *Portuguese Journal of Foreign Affairs*, no. 6.
- Roque, Paula. 2009. China in Mozambique: A Cautious Approach Country Case Study. *South African Institute of International Affairs*, Occasional Paper no. 23.
- Roque, Paula, e Chris Alden. 2012. China em Moçambique: Prudência, Compromisso e Colaboração. Em Chichava, Sergio.; Alden, Chris. (Org). *A Mamba e o Dragão: relações Moçambique - China em perspectiva*. Maputo: IESE, 11-32.
- Saraiva, José Flávio Sombra. 2007. Moçambique em Retrato 3x4: Uma pequena brecha para a política africana no Brasil. Em II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – II CNPEPI: (2: Rio de Janeiro: 2007) o Brasil no mundo que vem aí, Seminário: África — Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 209-241.
- Schiere, Richard, e Alex Rugamba. 2011. Chinese Infrastructure Investments and African Integration. *African Development Bank* no. 127.
- Secretariado Permanente do Fórum para a cooperação econômica e comercial entre a China e os países de Língua Portuguesa (Fórum Macau). 2021. “Empresa chinesa constrói porto em Moçambique para escoar minério”. Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os países de língua portuguesa. Accessed March 01, 2022. <https://www.forumchinaplp>.

org.mo/pt/empresa-chinesa-constroi-porto-em-mocambique-para-escoar-minerio.

- Silva, Alexandra Martins. 2015. “Megaprojetos, conflitos e processo decisório - a análise de uma controvérsia intemporal chamada Belo Monte”. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Coimbra, (Capítulo 1 e 2).
- Silva, Robson Dias da Silva. 2014. “Relações Intergovernamentais na China: características e trajetória recente.” Em *Capacidades governamentais em governos estaduais: ensaios atuais sobre o federalismo brasileiro*. 1ed. Brasília: IPEA, v. 1, 20-40.
- Swyngedouw, Erik, Frank Moulaert, e Arantxa Rodriguez. 2002. Neoliberal Urbanization in Europe: Large-Scale Urban Development Projects and the New Urban Policy. Editorial Board of Antipode: Oxford.
- United Nations Trade and Development (UNCTAD). 2021. United Nations Conference Trade and Development database. <https://unctadstat.unctad.org/CountryProfile/en-GB/index.html>.
- Visentini, Paulo Fagundes. 2014. África e as potências emergentes: o Sul e a cooperação profana. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* 3, no. 5, 41-68.
- Visentini, Paulo Fagundes. 2012. As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia. Editora Unesp: São Paulo.
- Wan, Frang. 2018. Ajuda externa da China em África: quais as intenções? *Deutsche Welle (DW)*, May, 2018. <https://www.dw.com/pt-002/ajuda-externa-da-china-em-%C3%Africa-quais-as-inten%C3%A7%C3%B5es/a-43732452>.

RESUMO

Esse artigo foca na análise da cooperação China-Moçambique e no papel de megaprojetos no plano de desenvolvimento territorial de Moçambique durante os anos 2000. Seu objetivo é responder a pergunta: é possível assumir que os investimentos chineses na construção de megaprojetos pode aumentar o crescimento econômico e resultar no desenvolvimento social e produtivo em Moçambique? A respeito disso, o artigo propõe identificar os principais efeitos sociais e econômicos relacionados à implementação de megaprojetos de infraestrutura chinesa no país para entender se é possível apontar a estratégia adotada por Moçambique como uma verdadeira forma de transformação e desenvolvimento sócio-econômico.

PALAVRAS-CHAVE

Moçambique. Megaprojetos. Relações sino-moçambicanas.

Recebido em 17 de novembr de 2023

Aceito em 05 de junho de 2024⁹

Traduzido por Augusto Camatti

⁹ Como citar: Silva, Robson Dias da, e Thaysa Cunha. 2024. “Relação Sino-Moçambicana e o papel dos megaprojetos no desenvolvimento territorial de Moçambique”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 9 (17), 77-103. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.136861>.